

SOCIEDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA

Záira Lisley Teixeira Gonçalves¹

Marcelo Igor Araújo Cabral²

Tamires Macena Neves³

Carlos Alberto Batista Santos⁴

Eliane Maria de Souza Nogueira⁵

Resumo: Este ensaio investiga a situação ambiental/territorial que envolve os povos e comunidades tradicionais, apontando fundamentos étnicos e culturais da socioiodiversidade desses grupos. Apresentamos conceitos e representações sobre sociedades e territórios tradicionais, seguido de um debate teórico sobre o uso de recursos naturais pelas comunidades tradicionais. A vasta diversidade sociocultural brasileira é investigada de diferentes formas, buscando apontar elementos de autoidentificação que permitam caracterizá-la como povos tradicionais e territórios sociais. Para tanto, as reflexões aqui trazidas buscam entender os fatores que intermedium as relações com a fauna e consequente manejo sustentável, a partir da compreensão das relações existentes entre essas sociedades e os recursos naturais presentes nos territórios ocupados. Afirma-se assim a importância da promoção dos direitos étnicos e culturais que assistem os povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: Populações Tradicionais; Conservação da Biodiversidade; Manejo Sustentável.

¹Universidade do Estado da Bahia. E-mail: zairalisley@hotmail.com.

²Universidade do Estado da Bahia. E-mail: marcelloigor@yahoo.com.br.

³Universidade do Estado da Bahia. E-mail: tamy_gbi@hotmail.com.

⁴Universidade do Estado da Bahia. E-mail: cabsantos@uneb.br.

⁵ Universidade do Estado da Bahia. E-mail: emsnogueira@yahoo.com.br

Revbea, São Paulo, V. 13, Nº 4: 79-86, 2018.

Introdução

Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

As formas de manejo e a gestão dos recursos naturais pelas comunidades tradicionais estão diretamente relacionadas às suas cosmovisões, ao relacionar-se com animais e plantas no seu cotidiano. A partir do uso e domesticação da fauna, esta torna-se fonte de conhecimento, ao mesmo tempo que serve como inspiração para a elaboração de mitos e rituais (DIEGUES, 1999).

A análise do conjunto de informações acumuladas por inúmeras áreas do conhecimento torna possível demonstrar que povos e comunidades tradicionais acumulam práticas conservacionistas e desenvolvem uma Educação Ambiental, que não é uma mera transmissão de informações, mas que propõe uma conscientização, por parte do grupo, no sentido de se construir valores e hábitos para que os problemas ambientais venham a ser sanados (VIEIRA; SOUZA, 2018), garantindo assim a manutenção da biodiversidade, a sobrevivência e a manutenção das expressões culturais desses povos.

Desta forma, entender os fatores que motivam o manejo sustentável e compreender as relações existentes entre essas sociedades e os recursos naturais presentes nos territórios ocupados por elas, possibilita a sua valorização e respeito às crenças, hábitos de vida e expressões culturais.

Sociedades e territórios tradicionais

O conceito de povos e comunidades tradicionais é criado a partir do eixo da problemática ambiental, mais precisamente no contexto de unidades de conservação (FIGUEIREDO, 2006). Essas sociedades compõem-se por indivíduos que visam a preservação, o desenvolvimento e a transmissão de conhecimentos adquiridos através de seu processo histórico, tanto na identidade ética quanto nos padrões culturais e sociais (CAPOTORTI, 1979).

A expressão “povos ou comunidades tradicionais” aparece como novidade no espaço social e acadêmico, sendo visto como um conceito indefinido ou complexo, isso é explicado pelo fato de que esses grupos começaram a ocupar os setores importantes da sociedade, causando estranhamento das sociedades urbanas que as veem apenas como grupos sociais tradicionais restritos a determinados espaços territoriais como o entorno ou o interior de unidades de conservação (FIGUEIREDO, 2006).

No Brasil, as populações Tradicionais, estão representadas por grupos de seringueiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, quebradeiras de coco Revbea, São Paulo, V.13, Nº 4: 79-86, 2018.

babaçu, indígenas, quilombolas, ciganos, raizeiros, comunidades de terreiro, comunidades de fundo de pasto, faxinais, pantaneiros, dentre outros (BRASIL, 2002). O território é aqui compreendido a partir das colocações de Vieira e Souza (2018), como um elo existencial entre o ser e o espaço e no qual ocorre uma multiplicidade de vivências que propiciam o enraizamento, entre o ser humano e a Terra. O território é definido como o local de vivência e significação e pertencimento de um povo.

Através do decreto de número 4.339, de 22 de agosto 2002, é instituída a Política Nacional da Biodiversidade, que prevê em suas diretrizes que os povos e comunidades tradicionais atuem de forma sustentável no manejo da biodiversidade, garantindo a conservação, sugerindo, dessa forma, a valorização e o resgate da diversidade cultural nacional (BRASIL, 2002).

Nesse contexto se insere o crescente reconhecimento do papel das populações tradicionais na preservação da natureza e uso sustentável dos recursos naturais. Segundo Albagli (2005), essas populações possuem um papel de guardiães do patrimônio biogenético do planeta.

Em 2007, o decreto federal 6.040, de 7 de fevereiro, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, ao mesmo tempo que definiu esses grupos humanos como organizações sociais culturalmente diferenciadas, que compartilham um território e usufruem dos recursos naturais encontrados nele, de modo que as suas práticas culturais, sociais, religiosas e econômicas sejam perpetuadas ao longo das gerações (BRASIL, 2007).

Little (2002) fundamenta o conceito de populações tradicionais utilizando a dimensão fundiária em uma visão empírica, para isso, baseia-se em três elementos, o regime de prioridade comum, o sentido de pertencimento a um lugar específico e por último a profundidade histórica da ocupação guardada na memória coletiva.

O intuito desse trabalho é demonstrar que valorizar e disseminar os conhecimentos tradicionais e os métodos de interação desses povos com a natureza traz benefícios para as futuras gerações, portanto podem e devem ser utilizados como instrumentos de Educação Ambiental, uma vez que assumimos a Educação Ambiental como os processos por meio dos quais os indivíduos e as coletividades constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Territórios simbólicos

As sociedades tradicionais se compõem por indivíduos que visam preservar e transmitir os conhecimentos adquiridos através de seu processo histórico, tanto na identidade ética quanto nos padrões culturais e sociais (CAPOTORTI, 1979).

A relação desses grupos sociais com o território (meio ambiente biótico e abiótico) apresenta uma forte ligação com a construção das identidades dos sujeitos. O sentido de território está ligado ao poder, abrigo e proteção. Assim a necessidade de cuidado do território, está sempre presente, a exemplo dos povos indígenas, para os quais os territórios representam um lugar sagrado, e para os quilombolas cujo território é a representação do reconhecimento pelos seus direitos ancestrais (SILVA; SATO, 2010).

As identidades dessas populações tradicionais, segundo Silva e Sato (2010), são formadas a partir de um processo de construção cultural, social e ambiental, com base nos ensinamentos de cada povo e comunidade. Contudo, a luta pela defesa de seus territórios e identidades, são marcadas por resistência e sobrevivência. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força de um povo, e seu território representa a “terra comum”, herança ancestral que assegura seu modo de ser e estar no mundo (ALMEIDA, 2010).

Esses grupos sociais apresentam uma estreita relação de sobrevivência com um território, essencial e inalienável, onde constroem suas identidades, com lutas, ocupação, reconhecimentos e conservação. Nesse sentido, o território para povos e comunidades tradicionais ultrapassam os aspectos geográficos, e adquirem aspectos ecológicos, históricos, sociais, culturais, políticos e econômicos, transformando-se em um fator essencial para a história de vida desses grupos (SILVA; SATO, 2010).

Begossi, Hanazaki e Silvano (2002) afirmam que estes grupos humanos vivem numa estreita relação de consumo e dependência de seus territórios físicos e dos recursos naturais ali existentes, e, nesta relação com o meio, tomam suas decisões sobre quais os recursos necessários à manutenção do grupo, qual a forma de obtenção desses recursos e de que forma estes serão consumidos. Desta forma, a permanência desses povos neste espaço causa um impacto muito pequeno no ambiente, além de manter a sensibilidade e desenvolverem a consciência de que fazem parte do meio.

Os saberes tradicionais que permeiam as relações do homem com o meio ambiente são necessárias quando se pretende desenvolver propostas de Educação Ambiental como formas de melhorar a qualidade de vida das pessoas que habitam esses territórios.

Usos dos recursos naturais por sociedades tradicionais

É possível perceber que o mundo enfrenta uma grande ocupação do ambiente natural, essa ocupação é realizada por diferentes povos, diferentes culturas e tem como consequências mudanças drásticas em todo o planeta, essas mudanças são mediadas por um modelo de desenvolvimento capitalista que está acentuado e que se calça do uso indefinido dos recursos naturais (NUCCI; FÁVERO, 2003).

As populações/sociedades/grupos tradicionais compreendem que o homem é um fator integrante da natureza. Assim também os vê a Ecologia Humana, pois para esta, os povos e comunidades tradicionais, assumem a importância dos recursos naturais para a sobrevivência do grupo e da sua cultura, defendendo a ideia de que a sociedade estabelece uma relação indissociável de coexistência com os recursos naturais (DIEGUES, 2000).

A partir da organização sociocultural dessas populações, entendemos que estas sempre buscaram a preservação do meio ambiente, desde a colonização imposta pelos europeus na América até os dias atuais. Por isso a necessidade política e social de garantir direitos às comunidades que utilizam os recursos naturais de forma sustentável (FIGUEIREDO, 2006).

Além de se relacionar com a biodiversidade de forma harmônica, as populações tradicionais categorizam popularmente as espécies utilizadas culturalmente e estas apresentam grande importância para os sistemas socioculturais de forma integrada, não sendo vistos apenas como meros recursos naturais (DIEGUES, 2000), mas cercados de significados, crenças, mitos e simbologia (ALVES, 2012).

O semiárido brasileiro é o maior do mundo em extensão territorial, com aproximadamente 80% do território do Nordeste brasileiro, abrangendo parte dos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo e leste do Maranhão (SILVA, 2003), apesar de sua dimensão territorial e de apresentar uma grande diversidade biológica e cultural, o semiárido está entre as áreas naturais menos estudadas no Brasil (LEAL *et al.*, 2005).

Os povos e comunidades tradicionais que habitam o semiárido brasileiro, através de suas expressões culturais provindas de suas crenças e transmitidos por inúmeras gerações, realizam o manejo dos recursos naturais de forma racional e equilibrada, gerando renda, mas respeitando e garantido o acesso de todos os indivíduos aos recursos naturais, primando pela construção de um ambiente sustentável (SCHULTZ, 1965).

Malvezzi (2007) aponta que a maior parte das comunidades existentes no semiárido fazem o uso de tecnologias sustentáveis, na busca da convivência com a seca, utilizando práticas sustentáveis na agricultura, como o manejo adequado do solo, armazenagem da água das chuvas através de cisternas, entre outras alternativas de convívio harmônico com a natureza.

Muitas comunidades rurais já obtiveram mudanças na qualidade de vida a partir do estabelecimento das relações harmoniosas com o meio natural, suas experiências demonstram que a degradação ambiental não é uma consequência que inviabilize a permanência das práticas tradicionais como a da agricultura familiar no semiárido (SILVA, 2003).

À guisa de epílogo

Atualmente grande parte da biodiversidade brasileira se encontra em áreas conservadas por populações tradicionais, grupos humanos que desenvolvem práticas de extração dos recursos naturais de forma sustentável, uma vez que destes recursos dependem sua cultura e seu modo de vida (SANTOS *et al.*, 2016). Diferente das sociedades capitalistas que se encontram ancoradas na produção de novas tecnologias, produção de bens e consumo exacerbado, os povos e comunidades tradicionais conseguem conviver com o meio ambiente de forma harmônica e respeitável, extraíndo dali apenas os elementos necessários à sua alimentação (SANTOS; ALVES, 2016), medicina tradicional (SANTOS *et al.*, 2016), manifestações religiosas ou quais outras expressões de sua cultura (SANTOS, 2017).

As práticas religiosas e culturais desenvolvidas por um grupo são fundamentais para a conservação ou lapidação da natureza, uma vez que seus territórios físicos e simbólicos ao serem preservados, asseguram as identidades étnicas do grupo.

A educação exerce um papel fundamental na formação ética, social e moral dos indivíduos. Crespo (1998) entende a educação como a aquisição de conhecimentos que não são adquiridos apenas nas instituições formais de ensino, mas também nos espaços sociais que este está inserido, desta forma, os conhecimentos tradicionais de um grupo podem e devem permear a educação formal, contribuindo para uma Educação Ambiental que promova a compreensão e assimilação de novos valores, orientando atitudes éticas e formando cidadãos críticos.

Os valores presentes na cultura dos povos e comunidades tradicionais refletem a afinidade que estes possuem com seus territórios físicos e com as formas de vida que estão presentes nestes e com as quais interagem. A união da Educação Ambiental a estes saberes proporcionará às instituições formais de ensino instrumentos de educação social e formação da cidadania.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelas bolsas de estudo concedidas às discentes Záira Lisley Teixeira Gonçalves e Tamires Macena Neves.

Ao linguista, Professor Roberto Remígio Florêncio, pela revisão ortográfica.

Referências

ALBAGLI, S. Interesse Global no Saber Local: a geopolítica da biodiversidade. In. MOREIRA, E. et all, **Seminário Saber Local/Interesse Global**: propriedade intelectual, biodiversidade e conhecimento tradicional na Amazônia, 2005.

ALMEIDA, A.W.B. Terras de preto, terras de santo e terras de índio: posse comunal e conflito. *In: DELGADO, Nelson Giordano. Brasil Rural em Debates: coletânea de artigos.* Brasília: CONDRAF/MDA, 2010. 363 p.

ALVES, R.R.N. Relationships between fauna and people and the role of ethnozoology in animal conservation. **Etnobiology na Conservation**, v. 1, p. 1-69, 2012.

BEGOSSI, A.; HANAZAKI, N.; SILVANO, R.A.M. Ecologia humana, etnoecologia e conservação. *In: M.C.M. AMOROZO; L.C. MING & S.M.P. SILVA (orgs.). Método de coleta e análise de dados em etnobiologia, etnoecologia e disciplinas correlatas.* I Seminário de Etnobiologia e Etnoecologia do Sudeste. Rio Claro, CNPq/UNESP. 2002.

BRASIL, Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto nº 6.040, de 7 de Fevereiro De 2007

BRASIL. Princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade. Decreto nº 4.339 de 22 de agosto 2002

CAPOTORTI, F. **Study on the Rights of Persons Belonging to Ethnic, Religious and Linguistic Minorities.** New York: ONU, 1979.

CRESPO, S. Educar para a sustentabilidade: a Educação Ambiental no programa da agenda 21. *In: NOAL, F.O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V.H.L. Tendências da Educação Ambiental Brasileira.* Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998.

DIEGUES, A.C. **Conhecimento e Manejo Tradicionais: Ciência e Biodiversidade.** 2000.

DIEGUES, A.C. (Org.). **Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil.** NUPAUB – USP: São Paulo, 1999. 211p.

FIGUEIREDO, L. M. Remanescentes de Quilombos, Índios. Meio Ambiente e Segurança Nacional: Ponderação de interesses constitucionais. *In: BRASIL. INCRA e os desafios para a regularização dos territórios quilombolas. Algumas Experiências.* Brasília: MDA-INCRA, 2006.

LEAL, I.R.; SILVA, J.M.C.; TABARELLI, M.; LACHER Jr.T. Mudando o curso da conservação da biodiversidade na caatinga do Nordeste do Brasil. **Megadiversidade**, v. 1, n 1, p. 140- 146, 2005.

LITTLE, P. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade. Anuário Antropológico/2002-2003 Rio de Janeiro: **Tempo Brasileiro**, 2004: 251-290.

MALVEZZI, R. **Semiárido**: Uma visão holística. Brasília: Confea (Pensar Brasil), 2007.

NUCCI, J.C.; FÁVERO, O.A. Desenvolvimento Sustentável e Conservação da Natureza em Unidades de Conservação: o caso da Floresta Nacional de Ipanema (Iperó/SP). **Revista RA'E GA**, n. 7, p. 63-77, 2003.

SANTOS, C.A.B. Reflexões sobre o uso da fauna silvestre como recurso medicinal pelos povos indígenas no semiárido nordestino. **Revista Ensino Interdisciplinar**, v. 3, n. 08, 2017.

SANTOS, C.A.B.; ALVES, R.R.N. Ethnoichthyology of the indigenous Truká people, Northeast Brazil. **Journal of Ethnobiology and Ethnomedicine**, v. 2016, n. 12, p. 1-10, 2016.

SANTOS, C.A.B.; ALBUQUERQUE, U.P.; SOUTO, W.M.S.; ALVES, R.R.N. Assessing the Effects of Indigenous Migration on Zootherapeutic Practices in the Semiarid Region of Brazil. **PLoS ONE** 11(1): e0146657. 2016. doi:10.1371/journal.pone.0146657

SCHULTZ, T.W. **A transformação da agricultura tradicional**. Rio de Janeiro (Brasil): Zahar, 1965. 207p.

SILVA, R.; SATO, M. **TERRITÓRIOS E IDENTIDADES: mapeamento dos grupos sociais do estado de Mato Grosso – Brasil**. Ambiente e Sociedade. Campinas, v. 13, n. 2, p. 261-281, dez. 2010.

SILVA, R.M.A. Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1-2, p. 361-385, dez. 2003.

VIEIRA, F.P.; SOUZA, L.B. A Educação Ambiental com as comunidades tradicionais: outras trajetórias de sustentabilidades. **Notandum**, v. 21, n. 47, p. 153-173, 2018 DOI: <https://doi.org/10.4025/notandum.47.10>.